

# O MOVIMENTO SEM TERRA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR: A TRAJETÓRIA DE UMA PEDAGOGIA PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA.

Vitor Machado<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo desenvolveu algumas reflexões sobre o modelo de educação e de escola do ensino fundamental implantada nos acampamentos e assentamentos do Movimento Sem terra (MST), entre a última década do século XX e o início da primeira década do século XXI. As discussões foram realizadas adotando-se como referência alguns textos publicados no Caderno de Educação nº 13, que se intitula “Dossiê MST Escola”. Por meio de uma análise sintetizada desses documentos, verificamos que o MST defende uma educação teórica e prática, voltada para a realidade do aluno assentado, que seja baseada em princípios humanistas e na cooperação, sendo capaz de criar no educando uma consciência crítica, capaz de torná-lo um sujeito de ação transformadora.

**Palavras-Chave:** Educação do Campo; Educação do MST; Escola do Campo.

**Abstract:** This article developed some thoughts on the model of education and elementary education school located in camps and settlements in the Landless Movement (MST), between the last decade of the twentieth century and the beginning of the first decade of this century. The discussions were conducted employing as reference some texts published in the Caderno de Educação nº. 13, named “Dossiê MST Escola” Through a synthesized analysis of these documents, we found that the MST argues for a theoretical and practical education, geared towards the reality of the student, which is based on humanistic principles and of cooperation, being able to create in the student landless movement a critical consciousness capable of making it a subject of transformative action.

**Keywords:** Rural Education; Education the MST; Field's School.

O Movimento Sem Terra e a educação escolar: a trajetória de uma pedagogia para além dos muros da escola.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Educação da Unesp/Bauru. Doutor em Educação pela UNICAMP. E-mail: vitor@fc.unesp.br.

<sup>2</sup> Este artigo é uma revisão ampliada de artigo publicado na Revista de Ciência da Educação do Programa de Mestrado em Educação Sociocomunitária, do Centro Universitário Salesiano de Americana.

## 1. INTRODUÇÃO

Neste artigo pretendemos refletir sobre o projeto de educação implantado pelo Movimento Sem Terra (MST), nas escolas de ensino fundamental e médio, nos seus assentamentos de reforma agrária, entre o final do século XX e início do século XXI, procurando demonstrar em quais perspectivas históricas foi implementada a proposta político-pedagógica adotada pelo movimento.

No entanto, precisamos salientar, antes de tudo, que a educação no MST não pode ser analisada separadamente do contexto social de luta pela terra, no qual os trabalhadores rurais sem terra estão inseridos.

Para realizarmos as discussões aqui anunciadas, adotaremos como referência, as análises publicadas no Caderno de Educação nº 13, intitulado “Dossiê MST escola – documentos e estudos 1990 - 2001”, produzido pelo Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) e organizado pelo Setor de Educação do MST, no ano de 2005.

O fato de utilizarmos esse “Dossiê” como referência, é porque ele realiza, através dos documentos nele contido, um resgate histórico das propostas pedagógicas adotadas e implantadas pelo MST, nas escolas de ensino fundamental, de seus acampamentos e assentamentos.

Precisamos salientar ainda que os documentos e análises que integram o “DOSSIÊ MST ESCOLA” foram produzidos entre os anos de 1990 e 2001 e dizem respeito, respectivamente, à educação básica, contendo assim, justamente, as etapas de ensino que este trabalho pretende analisar.

Desta forma, serão recuperados neste texto, os estudos e as análises realizadas pelo Setor de Educação do MST, os quais regem as concepções de educação propostas pelos Sem Terras acerca da escola que os assentados tanto desejam.

## 2. O SETOR DE EDUCAÇÃO E AS DIRETRIZES OFICIAIS PARA A IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS DO MST

Desde a sua criação, em 1988<sup>3</sup>, o Setor de Educação do MST, tem realizado inúmeros debates e diversos estudos e pesquisas sobre a educação, a fim de que eles sirvam de orientação na prática da escola almejada pelo MST. Tal criação foi resultado do trabalho incansável e da organização de inúmeros pais e professores, que delegaram à educação, um incondicional e prioritário papel na luta da questão agrária.

---

<sup>3</sup> Sobre esse assunto ver: (MST, 1998a)

## É no Setor de Educação que está o grande desafio em encontrar a

progressiva definição da proposta geral de educação para as escolas de assentamentos, no que tem contribuído a articulação já nacional da equipe e o intercâmbio com assessores que trazem para dentro do movimento as discussões mais avançadas sobre educação popular, fora e dentro da escola formal (MST, 2005, p.17).

Nesta perspectiva, foi somente em fevereiro de 1991, no 6º Encontro Nacional do MST, realizado em Piracicaba, que os Sem Terras vão definir, claramente, pela primeira vez, as diretrizes oficiais para a construção da escola e da educação por eles pretendida, através da publicação, neste mesmo ano, do Documento Básico do MST, o qual estabeleceu, para cada setor, dentre eles também para o Setor de Educação, linhas e metas gerais de atuação, a serem alcançadas até 1993.

No que tange à educação, o documento, que foi resultado de uma exaustiva discussão coletiva, passa a definir, oficialmente, as linhas políticas e as orientações a serem seguidas, na condução do processo educativo nas escolas do MST. Analisando-o na íntegra, pudemos perceber que ele foi elaborado a partir das experiências vivenciadas pelos Sem Terras, durante o processo de criação de suas escolas e mediante o processo de ensino aprendizagem realizado nos acampamentos e assentamentos. Tal documento é constituído de duas partes. A primeira, que se denomina “Linhas Políticas” discorre sobre os princípios da proposta pedagógica a ser seguida pelos integrantes do MST, na implantação de escolas em acampamentos e assentamentos. Essa proposta expressa a ideia de uma prática pedagógica que deve ser transformadora, capaz de produzir um conhecimento dialético, democrático e crítico da realidade social e que seja capaz de garantir a integração entre o aluno, o professor, a escola - enquanto unidade de produção do conhecimento coletivo - e a organização produtiva do acampamento ou assentamento. Já a segunda parte, denominada como “Orientações”, trata, especificamente, de orientar a forma de ação política interna e externa na luta pela criação de escolas. Internamente, sugere uma prática política a ser desenvolvida pelo MST em âmbito nacional, a fim de fortalecer a sua proposta pedagógica nos acampamentos e assentamentos. Externamente, determina estratégias de luta frente ao poder público para a efetiva viabilização e implantação da escola por eles idealizada.

Precisamos destacar que nesse documento surge também, pela primeira vez, a preocupação oficial do MST com o ensino fundamental. Além da tentativa de garantir junto ao Estado a criação de escolas de 1º Grau (atual ensino fundamental) em todos os assentamentos, com todas as condições necessárias de aprendizagem, o documento propõe:

- Elaborar uma orientação nacional para a composição do Currículo Mínimo, para as séries iniciais do 1º grau nas escolas de assentamentos.
- Elaborar um “Manual Nacional de Educação”, em que conste a proposta de Currículo Mínimo e a proposta básica de educação do MST (MST, 2005, p 30).

Desta forma, fica clara a preocupação do MST, naquele momento, com a formação dos alunos que viviam com seus familiares nos assentamentos. É evidente a crítica ao modelo de escola pública praticada nas escolas Estaduais e Municipais, as quais possuíam um currículo que não atendia às necessidades e também não agradava aos alunos do meio rural. Daí proporem a necessidade de um currículo mínimo adequado à realidade desses alunos, que contemplaria a proposta pedagógica e de ensino aprendizagem a serem adotadas nas escolas do MST. Isso se justifica, pelo fato de o MST acreditar que a produção do conhecimento não se realiza de forma neutra e está diretamente ligada à divisão social do trabalho.

Na verdade, os documentos do MST relativos à educação, dizem que o ensino deve partir da prática e levar ao conhecimento científico da realidade.

O MST entende, assim, que não pode e não quer se apropriar da ciência da classe dominante, mas ao contrário, acredita que o conhecimento científico comprometido com os seus objetivos, deve ser para todos e não um privilégio de poucos.

### 3. A ESCOLA COMO MEIO DE TRANSFORMAR A REALIDADE

Se o documento que acabamos de analisar intitulado, “Documento Básico para a Educação”, publicado pelo MST em 1991, dava prioridade ao ensino fundamental nos assentamentos e acampamentos do MST, o documento publicado em julho do mesmo ano, no Caderno de Formação nº 18, editado com o título, “O que queremos com as escolas dos Assentamentos”, foi a “primeira produção político-pedagógica sobre a escola feita pelo movimento” (MST, 2005, p. 7). Esse documento foi elaborado após uma grande interlocução entre todos aqueles que participaram ativamente de, aproximadamente, mais de dez anos de práticas educativas nos assentamentos de reforma agrária.

Para as nossas reflexões,

vale a pena destacar o raciocínio básico formulado na época de elaboração deste caderno porque ele continua orientando o trabalho do setor de educação até hoje: uma das tarefas da escola é a de ajudar a preparar os futuros militantes do MST e para a causa da transformação social. Esta preparação implica em capacitar as crianças para transformar a realidade, construir o novo, a partir de aprender a enfrentar os problemas concretos que existem no assentamento (ou no acampamento), mas cultivando uma perspectiva social mais ampla (MST, 2005, p. 7-8).

As ideias mencionadas no excerto supracitado estão muito bem formuladas nas duas partes que compõem o documento que estamos a analisar. A primeira parte aponta sete objetivos a serem alcançados pelas escolas dos assentamentos. Eles estão definidos da seguinte maneira:

- 1) Ensinar a ler, escrever e calcular a realidade; 2) Ensinar fazendo, isto é, pela prática; 3) Construir o novo; 4) Preparar igualmente para o trabalho manual e intelectual; 5) Ensinar a realidade local e geral; 6) Gerar sujeitos da história; 7) Preocupar-se com a pessoa integral (MST, 2005, p. 34).

Já a segunda parte apresenta sete princípios pedagógicos que devem ser postos em prática, para a real efetivação dos objetivos acima transcritos. Tais princípios são:

- 1) Todos ao trabalho; 2) Todos se organizando; 3) Todos participando; 4) Todo o assentamento na escola e toda a escola no assentamento; 5) Todo o ensino partindo da prática; 6) Todo professor é um militante; 7) Todos se educando para o novo (MST, 2005, p. 37).

Ao analisarmos os princípios e objetivos propostos pelo MST, notamos que o discurso da “escola diferente”, criado pelos Sem Terras, quando começaram as ocupações que deram origem ao movimento, no início dos anos 80, foi se consolidando com as experiências vividas nas escolas de acampamentos e assentamentos. Além disso, tais princípios e objetivos também revelam que o MST propõe a criação de uma escola voltada para a realidade do aluno, cuja prática escolar deve estar em consonância com o trabalho manual e intelectual, gerando e produzindo sujeitos capazes de transformar a realidade. Nessa escola, o professor não pode ser um mero espectador do processo educativo, ou um simples transmissor de informação. Ele tem de ser, antes de tudo, um educador e, como tal, tem como tarefa fundamental, compartilhar a realidade vivida pelos alunos, como um grande interlocutor e articulador entre a escola e o que nela se ensina, e o cotidiano dos acampamentos e assentamentos. O professor tem a obrigação de contribuir para a construção de um conhecimento capaz de formar cidadãos e sujeitos militantes e responsáveis pela transformação da sua própria história.

### 3.1. O professor como mediador entre o saber e a realidade

Foi pensando justamente em orientar e subsidiar o trabalho dos educadores, considerados como peça fundamental no processo educativo para a real efetivação de suas propostas, nas escolas de ensino fundamental dos acampamentos e assentamentos, que o Setor de Educação do MST elaborou um texto, em 1992, com o seguinte título: “Como deve ser uma escola de

assentamento”. Tal texto avança nos debates apresentados no documento anterior e inaugura o Boletim de Educação do MST, tentando deixar mais claro o tipo de características que a escola do movimento precisa ter para se colocar em prática seus princípios e objetivos. Ele é composto por dez pontos que procuram expressar nitidamente a proposta de educação do MST e estão assim definidos:

- 1) A escola de assentamento deve preparar as crianças para o trabalho no meio rural; 2) A escola deve capacitar para a cooperação; 3) A direção da escola deve ser coletiva e democrática; 4) A escola deve refletir e qualificar as experiências de trabalho produtivo das crianças no assentamento; 5) A escola deve ajudar no desenvolvimento cultural dos assentados; 6) O ensino deve partir da prática e levar ao conhecimento científico da realidade; 7) O coletivo da escola deve se preocupar com o desenvolvimento pessoal de cada aluno; 8) O professor tem que ser militante; 9) A escola deve ajudar a formar militantes e exercitar a mística da luta popular; 10) A escola também é lugar de viver e refletir sobre uma nova ética (MST, 2005, p. 39-40).

Esses pontos vão ser fundamentais para a consolidação da pedagogia do campo que o MST pretende implantar, pois conseguem contemplar a escola na sua totalidade.

Portanto, devemos entender que os Sem Terras desejam uma escola construída de forma dialética, capaz de produzir uma consciência histórica e não fictícia ou falsa. Essa escola teria o papel de demonstrar, de forma transparente e prática, a existência da luta de classes no campo, a qual deve ser combatida com muita organização e esforço da coletividade.

Para o resultado ser ainda mais efetivo, porém, o Setor de Educação e todos aqueles envolvidos no processo educativo das crianças dos assentamentos e acampamentos, em todo o território nacional, começaram a discutir uma proposta de currículo comum que fosse adotado pelas escolas do MST.

#### 4. MST E EDUCAÇÃO: DO “CURRÍCULO MÍNIMO” À “PRÁTICA PEDAGÓGICA”

Baseado em experiências passadas e pensando na diferença de realidade existente entre as diversas regiões do país, surgiu, em 1991, um texto que circulou entre os Sem-Terras, em forma de apostila, por diversos estados brasileiros. Após encontros de discussão nos estados do Nordeste e Sul do país, esse texto sofreu muitas críticas e complementações, até surgir o documento intitulado “Como fazer a escola que queremos”, publicado pelo MST, em 1992, no Caderno de Educação nº 1. O referido documento deu início à coleção “Caderno de Educação do MST” e serviu como apoio para o conjunto dos educadores e de toda militância envolvidos no processo de educação, nas escolas de acampamentos e assentamentos, bem como contribuiu com o debate e as reflexões acerca da educação escolar.

Para o Setor de Educação do MST, “[...] o foco deste Caderno é o *currículo escolar* (grifo nosso), e a preocupação principal é com uma orientação metodológica para implementação de nossa proposta de escola, especialmente nos assentamentos” (MST, 2005, p. 8).

Como podemos verificar, o MST estando preocupado com a questão metodológica a ser desenvolvida pelos professores responsáveis pela tarefa de ensinar nas suas escolas, elabora um documento dividido em duas partes, as quais pretendo descrever de forma bastante resumida.

A primeira, denominada “Como planejar nosso trabalho de acordo com esse currículo que parte da prática”, procura descrever os passos principais para o trabalho a ser executado pelo professor educador da escola diferente, almejada pelo Movimento, desde a sua criação. Desta forma, o professor, deve planejar o seu trabalho a partir de oito pontos fundamentais, que são os seguintes: 1. Ter bem claro os objetivos da escola; 2. Transformar a realidade em temas geradores; 3. Definir os objetivos específicos para cada unidade temática; 4. Planejar a relação entre o estudo e o trabalho das crianças; 5. Escolher os conteúdos a serem desenvolvidos a partir do trabalho ou tema; 6. Pensar em como podem ser desenvolvidos os conteúdos na sala de aula; 7. Prever os recursos e materiais necessários; 8. Pensar como poderá ser feita a avaliação (MST, 1992a). Esses oito pontos, evidenciam a preocupação do MST em relação à forma de como deve ser organizada e planejada a escola dos assentamentos, com o intuito de se por em prática o conteúdo a ser trabalhado com os alunos. O ponto de partida fundamental dessa proposta pedagógica está no estudo da realidade na qual vivem os assentados, o que significa que todo o aprendizado escolar das crianças precisa ser relacionado à sua vida prática e à sua realidade concreta, contribuindo para um melhor entendimento do mundo em que vivem, para que possam tomar decisões e encontrar soluções para os problemas vivenciados nos seus espaços de convivência social (MST, 2005).

Já a segunda parte do documento, que tem como título, “Material para sua consulta” define os conteúdos a serem ensinados pelos professores através dos seguintes itens: 1. Sugestão de temas: a) Nosso assentamento; b) Nossa luta pela terra; c) Nossa cultura e nossa história de luta; d) Nosso trabalho no Assentamento; e) Nós, nosso trabalho e natureza; f) Nossa saúde; g) Nós e a política; 2. Questões ou problemas ligados ao tema; 3. O que queremos com cada área de estudo: Área de Estudos Sociais; Área de Ciências; Área de Matemática; Área de Comunicação e Expressão. 4. Sugestões de listagem mínima de conteúdos a serem tratados de 1ª a 4ª séries nas escolas de assentamento: Área de Estudos Sociais; Área de Ciências; Área de Matemática; Área de Comunicação e Expressão; 5. Sugestões específicas para a área de alfabetização (MST, 1992a). Como podemos ver, esses tópicos tratam de orientar o professor, para que trabalhe com os alunos temas relacionados ao trabalho, à saúde, à ordem econômica,

política, cultural, social e ambiental. Eles ainda orientam o professor quanto à maneira de ensinar cada disciplina na sala de aula. Além disso, é nessa parte do documento que consta uma lista de conteúdos mínimos a serem trabalhados nas escolas de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ao final, o documento propõe aos professores uma forma específica de alfabetização das crianças, a qual deve levar em consideração a realidade e o universo social onde elas vivem, ou seja, a realidade do próprio assentamento.

Todavia, o estudo da realidade exige, de acordo com as experiências até aqui relatadas e também em consonância com o que pensam os educadores dedicados à tarefa de educar crianças do meio rural, um grande esforço na direção de uma proposta de escola que estabeleça a relação entre a teoria e a prática.

É por esse motivo que o documento que estamos analisando, propõe uma metodologia de ensino voltada para a prática. Nele, o MST fala da

necessidade de um “currículo centrado da prática”, ou seja, que enfatize e que se desenvolva através da prática. Se o objetivo é preparar para a prática, nada melhor do que organizar a escola em torno de práticas e fazer delas o ponto de partida do ensino e da aprendizagem (MST, 2005, p. 83).

Neste sentido, com a intenção de demonstrar a necessidade de se valorizar a prática escolar, vai ser elaborado, em 1993, o texto “A importância da prática na aprendizagem das crianças”<sup>4</sup>. Apesar de não ter sido publicado, naquele ano, em nenhuma coleção do MST, o texto chama a atenção para

a necessidade de construir uma metodologia de aprendizagem-ensino cuja ênfase esteja na aprendizagem-capacitação e no trabalho com “objetos geradores”, visando a educação (especialmente habilidades e posturas) de sujeitos capazes de intervir na realidade concreta, e construir na prática este novo projeto de campo e de sociedade discutido e defendido pelo movimento (MST, 2005, p. 8).

Assim, o texto procura resgatar e aprofundar a discussão sobre a necessidade da construção de uma metodologia que parta da prática, preparando as crianças para lutarem de forma consciente e organizada pela construção de uma nova história. Ele apresenta dois motivos básicos pelos quais as escolas dos assentamentos devem partir da prática para ensinar seus alunos. Um desses motivos é que ao se trabalhar a prática na escola através do estudo das necessidades concretas, o ensino torna-se mais útil e seu

<sup>4</sup> “Este texto só foi publicado em 2005 no “Dossiê MST escola” e foi produzido baseado nas primeiras experiências do MST com cursos formais alternativos de educação técnico-profissional de nível médio, iniciados em conjunto com outros Movimentos Sociais do Campo na Escola “Uma terra de Educar”, do Departamento de Educação Rural da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceilero – FUNDEP, e continuados depois com o “Instituto de Educação Josué de Castro” do Instituto de Capacitação e pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA, ambos com sede no Rio Grande do Sul, mas com atuação nacional” (MST, 2005, p. 8).

significado passa a ter um importante valor perante as crianças e a comunidade como um todo. O outro motivo é que, quando se aprende conteúdos da vida prática, mais facilmente eles são assimilados, permitindo assim um aprendizado mais rápido e fácil.

O documento sugere também, duas maneiras de se produzir um conhecimento que tenha como ponto de partida a prática vivida pelas crianças nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária. Uma delas seria pesquisando práticas que já ocorreram no passado, ou que estejam ocorrendo no presente, ou aquelas que podem ocorrer no futuro.

O “partir da prática” significa aqui:

[...] partir de uma teoria sobre a prática e não de uma prática real. Pode ser uma teoria mais elaborada, que encontramos nos livros, nos textos em geral, ou pode ser uma teorização mais simples, de alguém que conta uma experiência, conversa sobre fatos, ou imagina como poderá fazer alguma coisa. [...] a escola é apenas o momento da teoria. A prática acontece antes, depois, mas não durante. [...] as práticas se transformam em TEMAS GERADORES, ou seja, assuntos/problemas da realidade que ao serem estudados geram conhecimento, saber sobre a realidade, e que poderão também gerar novas práticas, mas em momentos posteriores (MST, 2005, p 84).

A outra forma de se produzir conhecimento através da prática seria orientar as crianças a pesquisar e estudar as práticas reais do assentamento, ou seja, aquelas que estejam sendo realizadas por seus pais, ou as que estejam sendo desenvolvidas pelas próprias crianças.

Desta forma,

as práticas transformam-se em OBJETOS GERADORES, ou seja, as ações das crianças sobre um determinado objeto ou realidade e as respostas deste objeto diante de cada passo da ação, vão conduzindo o processo de aprendizagem das crianças (MST, 2005, p. 85).

Essas duas maneiras de atuação do professor, segundo o MST (2005), vão produzir duas formas diferenciadas de aprendizado que devem ser trabalhados na escola ao mesmo tempo. O primeiro tipo vai ser o responsável pelo momento da “formação” do aluno, enquanto o segundo será o responsável por sua “capacitação”.

##### 5. O MST E SUA PROPOSTA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: A RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA – UMA QUESTÃO METODOLÓGICA

Preocupado com a fundamentação teórica sobre a proposta pedagógica de uma educação capaz de unir teoria e prática, o MST publicou, em maio de 1994, no Boletim de Educação nº 4, o texto “Escola, trabalho e cooperação”. Esse texto vai orientar a militância do movimento e os cursos de formação de jovens e adultos, esboçando e defendendo um dos princi-

pais pilares da proposta pedagógica do MST, que relaciona trabalho e educação. Também inspirado em práticas e reflexões educativas, o texto procurou fundamentar a ideia da construção de uma escola baseada na “pedagogia do trabalho”, defendida pelo movimento, por acreditar que isso só pode ser construído por meio da práxis e da valorização do trabalho e da cooperação.

Portanto, na parte 1 do texto, denominada “O trabalho educa”, encontramos muito claramente definida a relação entre escola e trabalho, e a valorização do aprendizado através do mundo do trabalho. Nessa parte, também encontramos uma crítica rigorosa aos defensores da pedagogia da palavra, que acreditam apenas no aprendizado teórico, reafirmando assim, a grande identificação do movimento com a pedagogia da práxis, que une teoria e prática. O texto demonstra ainda que o trabalho é educativo por estabelecer uma relação com a natureza e a vida social, formando a consciência das pessoas, na medida em que é ele que determina nossas condições objetivas de sobrevivência e são elas que vão determinar nossa consciência social. Através do trabalho os homens produzem também novos conhecimentos e novas tecnologias, necessárias para uma ação mais efetiva sobre a natureza a ser transformada. À medida que as necessidades aumentam e se tornam mais complexas, o trabalho aperfeiçoa-se cada vez mais, exigindo do homem uma maior qualificação para a sua superação. O trabalho pode ser mais plenamente educativo quando se leva em consideração o tipo de sociedade que se deseja construir, ou seja, “quando ele consegue mexer com um número de dimensões do ser humano, todas no sentido de gerar sujeitos sociais” (MST, 2005, p. 93).

Na parte 2, “A escola pode educar pelo trabalho”, são apresentadas as justificativas básicas para se relacionar educação e trabalho. Uma delas é por força do significado educativo que o trabalho apresenta, o que já foi discutido no item anterior. A outra é porque a escola pode ser a grande facilitadora para o aprendizado de um trabalho educativo. Ela é o local onde a união entre teoria e prática se realiza plenamente, durante o processo de ensino aprendizagem. O ambiente escolar é o responsável em provocar reflexões acerca do mundo do trabalho e por desenvolver tarefas e atividades pedagógicas que possibilitem aos alunos viver certas situações relacionadas ao mundo do trabalho, como aqueles realizados pela família do próprio assentamento. O texto ainda procura definir, claramente, como deve ser implantada a pedagogia do trabalho. Sua implantação deve levar em conta que a escola, enquanto espaço de socialização e produção de conhecimento, deve produzir seus ensinamentos com base nas práticas sociais e no trabalho, as quais, por sua vez, dizem respeito à organização, cooperação, unidade, disciplina, solidariedade e construção da democracia. Estes temas, ao serem trabalhados de forma valorativa, servirão como alicerces para a real educação da consciência social das crianças assentadas.

A parte 3, “O MST e a escola do trabalho”, encontra-se subdividida em duas sub-partes. A primeira delas demonstra a importância de se construir uma escola que contribua com a luta dos assentados a partir de objetivos bastante concretos. Além disso, mostra também, os fins que a pedagogia do trabalho pretende atingir, respeitando-se a realidade de cada assentamento. Já a segunda parte, descreve a metodologia a ser desenvolvida com os alunos, a qual expressa muito bem a relação entre escola e trabalho. Analisando, atentamente, os pontos que descrevem, minuciosamente, tal metodologia, podemos notar que há a possibilidade dela ser trabalhada em qualquer assentamento e acampamento, pois ela se aplica por meio de temas gerais que, se trabalhados com esforço e muita criatividade, podem ajudar a construir a escola que o movimento tanto deseja.

Já na parte 4 do documento, que se intitula “A escola do trabalho: cooperação e democracia”, procura-se prestar orientação sobre a forma de gerenciamento e o tipo de organização que a escola do trabalho necessitaria para obter resultados satisfatórios. Nessa perspectiva, quanto à gestão, afirmam que ela deve ser democrática e pautada na cooperação entre alunos, professores e funcionários. Isso quer dizer que o planejamento deve ser coletivo e que as instâncias de participação devem ser respeitadas, de forma a haver transparência nas relações de poder instituídas pela comunidade escolar, fortalecendo assim, o trinômio trabalho, cooperação e democracia como a base fundamental de todo o processo educativo.

Todavia, as reflexões e orientações realizadas acerca da implantação de uma escola diferente que o MST propõe nos documentos até aqui apontados, causou uma grande preocupação aos professores das escolas de acampamentos e assentamento, que viam dificuldades em desenvolver um planejamento de ensino capaz de garantir a implementação da proposta pedagógica defendida pelo MST.

Desta forma, pensando em resolver tal problema, o Movimento publicou um texto específico a respeito de como os professores devem elaborar o planejamento da prática educativa a ser empregado nas escolas do campo. O texto intitulado “Como fazer a escola que queremos: planejamento” foi publicado em 1995, no Caderno de Educação nº. 6, do MST para orientar o professor na condução do processo de ensino aprendizagem das escolas de 1ª a 4ª séries, demonstrando passoapasso como ele deve realizar o seu planejamento. O documento é composto por seis partes, as quais apresentam, de forma detalhada, as ações necessárias para o professor realizar um planejamento eficiente, que permitirá a ele implantar e desenvolver a proposta pedagógica a ser aplicada nas escolas dos acampamentos e assentamentos organizados pelo MST.

#### 6. O MST E O ENSINO DE 5ª A 8ª SÉRIE – A CONTINUIDADE DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Após ter publicado uma série de documentos que, definitivamente, orientavam o trabalho do professor com crianças das séries iniciais do ensino fundamental, a partir de 1995, o MST começa a se preocupar com a necessidade de elaborar também um currículo mínimo, para as séries finais dessa etapa de ensino.

Assim, surgem diversas discussões em torno dessa preocupação, que irá resultar na elaboração de um texto denominado “Ensino de 5ª a 8ª séries em áreas de assentamentos: ensaiando uma proposta”. Esse texto,

[...] não chegou a entrar dessa forma nas coleções e materiais de educação do MST, mas que foi a elaboração que serviu de base para a produção, anos mais tarde, do Caderno sobre Educação Fundamental [...]. Este texto é o primeiro do MST preocupado especificamente com os anos finais da educação fundamental: garantir acesso nos próprios assentamentos (o que continua um problema sério até hoje), e discutir um currículo adequado aos nossos objetivos e às necessidades de formação dos adolescentes e jovens assentados [...] (MST, 2005, p. 9).

Precisamos ressaltar também, que o interesse em discutir o ensino de 5ª a 8ª série, já havia sido iniciado há dois anos, em 1993, nos cursos de formação e capacitação de professores, organizados pelo Coletivo Nacional de Educação do MST, a qual priorizou o debate sobre os conteúdos a serem desenvolvidos em cada disciplina da educação fundamental, especificamente da 5ª à 8ª série.

Basicamente, em relação à proposta pedagógica para as escolas de 5ª a 8ª séries, os objetivos propostos foram os mesmos sugeridos para as escolas de 1ª a 4ª séries, que constam nos documentos de educação do MST. Tais objetivos continuam a defender uma escola diferenciada, de gestão democrática e coletiva, cujo ensino estaria voltado para a formação do sujeito ético, do militante e da sua consciência política e ideológica, capacitando-o para o trabalho rural e para a organização coletiva do trabalho. Além disso, essa educação deveria ser trabalhada, visando a transformação social, cujo currículo, permitiria desenvolver a capacidade crítica do aluno, suas habilidades de ordem política, cultural e esportiva. O currículo também contribuiria com o desenvolvimento rural, estabelecendo, concretamente, a relação entre a escola e a realidade rural. Em relação às disciplinas, além das já obrigatórias, sugerem na parte diversificada do currículo, o ensino de

Filosofia; Sociologia; Psicologia; Técnicas Agropecuárias (considerando as necessidade da região e as idades dos alunos); Cooperativismo; Agroindústria; Administração Rural; Contabilidade; Metodologia de Trabalho de Base; Noções de Economia; Educação Ambiental (MST, 2005, p. 144).

Para cada uma dessas disciplinas aqui mencionadas e para as disciplinas obrigatórias por lei em qualquer escola de ensino fundamental (Português, Literatura, Matemática, Geografia, História, Ciências Físicas e Biológicas, Química, Educação Artística, Educação Física, uma Língua Estrangeira<sup>5</sup> e Ensino Religioso, além dos Programas de Saúde), o documento propõe o conteúdo a ser ministrado em cada uma delas e alguns eixos temáticos que podem auxiliar no trabalho interdisciplinar.

Os chamados eixos temáticos,

são grandes temas ou assuntos, que dizem respeito a realidade que é comum ao conjunto das escolas que se relacionam com o MST; e que se forem estudados e discutidos por todas elas, poderão contribuir para a nossa unidade e identidade nacional. Chamamos de eixos temáticos e não de conteúdos, porque não se encaixam numa só disciplina, mas sim requerem uma abordagem interdisciplinar, ou seja, rompe com aquela separação estanque que costuma haver entre as disciplinas (MST, 2005, p. 144).

Assim, através da discussão e reflexão de uma diversidade de temas gerais, a escola de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série do ensino fundamental que o MST pretende construir, procura pôr em prática a pedagogia do trabalho, sugerindo sempre discussões de temas bastante próximos da realidade dos assentados, possibilitando a eles, um aprendizado que se realiza através da teoria e da prática.

Em 1996, o texto publicado no Caderno de Educação nº 8, com o título de “Princípios da educação no MST” retomou, em uma nova dimensão e com uma nova linguagem, a discussão sobre a filosofia da educação do MST, reforçando o vínculo das práticas educativas com seu projeto político e ampliando ainda mais o conceito de educação que, para os Sem Terras, não se restringe à escola e nem somente ao trabalho com as crianças (MST, 2005, p. 9). Esse texto realiza uma importante reflexão sobre os princípios filosóficos e os princípios pedagógicos que serviram como base para a implantação da escola do campo. Ele vai orientar também toda a militância do MST, além dos grupos ou organizações que sempre estabeleceram um diálogo com o Movimento Sem Terra.

Analisando atentamente o documento, verificamos que logo no seu início, ele trata de estabelecer a diferença entre o significado de princípios filosóficos e princípios pedagógicos. Por princípios filosóficos, o MST entende que eles, “dizem respeito a nossa visão de mundo, nossas concepções mais gerais em relação à pessoa humana, à sociedade, e ao que entendemos que seja educação. Remetem aos objetivos mais estratégicos do trabalho educativo no MST” (Caderno de Educação nº. 8 apud MST, 2005, p. 160). Já os princípios pedagógicos,

<sup>5</sup> O Setor de Educação do MST sugere que a língua a ser estudada deve ser o Espanhol (MST, 2005, p. 144).

se referem ao jeito de fazer e de pensar a educação, para concretizar os próprios princípios filosóficos. Dizem dos elementos que são essenciais e gerais na nossa proposta de educação, incluindo especialmente a reflexão metodológica dos processos educativos, chamando a atenção de que podem haver práticas diferenciadas a partir dos mesmos princípios pedagógicos e filosóficos ( MST, 1996 apud MST, 2005, p. 160).

Quando observamos a preocupação do MST, em redefinir esses dois conceitos como pilares de sua proposta pedagógica, percebemos que a verdadeira intenção, é tornar cada vez mais sólido, o caminho por eles traçados, para a implantação da escola do campo, tornando-o, assim, menos doloroso.

Podemos dizer que a elaboração desses princípios, possibilitou a formulação de diretrizes de ação pedagógica, capazes de conduzir de forma mais coerente, durante o processo de ensino aprendizagem, a interface entre teoria e prática.

Ao compararmos tanto os princípios filosóficos, quanto os princípios pedagógicos acima descritos, com o conteúdo do documento intitulado “Como deve ser a escola de assentamento”, publicado em 1992, pelo MST, no Boletim da Educação nº 1, o qual orientava o trabalho dos professores quanto aos objetivos das escolas no interior dos assentamentos, ele de fato amplia, consideravelmente, a discussão sobre a educação das escolas rurais.

Se analisarmos atentamente os dois documentos, a essência de cada um deles nos parece a mesma. Ambos caminham na direção de uma proposta pedagógica que entende a educação como um grande instrumento de formação humana, política, cultural e social, que contribui com a organização do movimento e com a luta do conjunto dos trabalhadores.

No entanto, o documento que trata dos princípios filosóficos e pedagógicos é mais amplo, no que tange às ideias nele contidas. Basta observarmos a diversidade de assuntos que ele propõe e a forma mais detalhada como são explicadas as propostas de ensino aprendizagem nele expressas, as quais procuram, de forma objetiva, contemplar as experiências teóricas e práticas vividas por professores e alunos, nos diversos anos de luta para a implantação de uma educação voltada para a mais fidedigna realidade das crianças assentadas.

## 7. O MST E A EDUCAÇÃO: DA “PEDAGOGIA DA COOPERAÇÃO” À “PEDAGOGIA EM MOVIMENTO”

### 7.1. A Pedagogia da Cooperação: questões conceituais

Apesar de o documento analisado na seção anterior ter ampliado a discussão acerca da educação necessária para a formação das crianças assentadas, começou a emergir no interior do MST, em 1997, uma nova

preocupação, como resultado de reflexões oriundas do I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), realizado em julho desse mesmo ano. Nesse encontro, organizado na Universidade de Brasília (UNB), um dos grupos de trabalho elaborou um documento denominado “Pedagogia da Cooperação”, que não foi publicado nas coleções de educação do MST, mas refletiu sobre uma das ênfases pedagógicas das escolas de 5ª a 8ª séries, vinculadas ao MST (MST, 2005).

Como publicação avulsa, o documento demonstrou a necessidade de se produzir, nessas escolas, uma “pedagogia da cooperação”, o que foi aprovado pelo conjunto da militância, como tarefa essencial dos educadores do MST, para a construção da escola do campo. O documento explica que essa pedagogia não pode ser entendida como uma nova orientação do MST ou uma “nova pedagogia” a ser implantada, mas deve servir para ampliar e concretizar os princípios filosóficos e pedagógicos já definidos no Caderno de Educação nº 8. Assim, ela deve ser uma pedagogia que, ao fazer parte do processo de ensino aprendizagem das escolas do MST, permita que se desenvolvam atividades baseadas na ajuda mútua e na cooperação, o que, conseqüentemente, tende a romper com as práticas opressivas exercidas nas escolas tradicionais. Destacam que essa pedagogia não tem como ser aplicada de forma única, porque ela deve estar adequada à realidade de cada assentamento.

Na sua essência, coube ao documento demonstrar que:

O sujeito da ação coletiva e da educação não é o indivíduo, mas o conjunto das pessoas que participam do processo, uma vez que os problemas da vida e da prática social são discutidos e avaliados coletivamente, com a finalidade de reorganizar a ação cooperada (MST, 2005, p. 182).

O MST entende que essa pedagogia deve estar presente em todos os níveis de ensino. Porém, acreditam que, no ensino fundamental, devido à idade das crianças que o frequentam, existe uma melhor possibilidade dessa proposta ser implantada (MST, 2005).

Todavia, para se colocar em prática a “pedagogia da cooperação”, devemos ter bem claro o significado de dois conceitos fundamentais, necessários para o seu desenvolvimento. Um desses conceitos é o de “trabalho cooperado”, o qual, quando relacionado à escola, deve ser entendido como “valor de classe; eixo de aprendizagem-ensino e eixo de auto-organização das relações educativas” (MST, 2005, p. 182). O outro é o conceito de “cooperação” que, no sentido da educação, tem de ser compreendido “como forma de produção social do conhecimento e como forma de reeducação das relações interpessoais” (MST, 2005, p. 182). Esses dois conceitos expressam, de forma resumida, a verdadeira intenção do MST em construir uma escola de cogestão, capaz de promover a interação entre alunos, pro-

fessores, escola e comunidade. Todos eles são responsáveis pelo bom andamento da escola, que vai desde o cuidado com a parte estrutural até a organização da forma burocrática e a organização do processo de ensino aprendizagem.

### 7.2. A “Escola Itinerante”

Mas, se as reflexões suscitadas em 1997, tendo por base o texto “Pedagogia da cooperação”, ampliaram as discussões sobre as práticas educativas nas escolas de ensino fundamental dos assentamentos, a partir de 1998, surge uma nova discussão que refletia a preocupação do MST com as escolas em acampamentos por ele organizados.

Na verdade, essa reflexão não estava sendo tratada de forma específica, nas discussões pedagógicas realizadas pelo Setor de Educação do MST e, por isso, foi retomada, pois ela já havia surgido durante as primeiras ocupações realizadas pelos sem terras, no final da década de 1980 e no início da de 1990.

Preocupados com a situação das crianças dos acampamentos e inspirados em práticas educativas proporcionadas pelas experiências de escolas itinerantes, vivenciadas por educadores em acampamentos no Rio Grande do Sul, o MST publicou, em 1998, o texto “Escola Itinerante em acampamentos do MST”<sup>6</sup>. Esse texto deu início a uma coleção de publicações e, por sua vez, deu origem a revista “Fazendo Escola”, a qual teve como objetivo registrar e sistematizar as experiências educativas do MST. O texto inicial da revista procurou socializar as experiências pedagógicas das Escolas Itinerantes<sup>7</sup> e trouxe uma reflexão sobre algumas questões importantes que dizem respeito a essas escolas como: “sua criação legal, condições de funcionalidade, local de trabalho, como são trabalhadas as questões pedagógicas, a realidade dos professores e a participação das crianças acampadas nas ações de luta pela terra” (MST, 2005, p. 185).

Ao analisarmos esse texto, verificamos que, num primeiro momento, ele procura refletir sobre a situação das crianças acampadas e o direito delas à educação, demonstrando que a escolarização é uma das lutas históricas do MST. Depois, num segundo momento, ele descreve que a Escola Itinerante foi organizada em etapas correspondentes ao ensino de 1<sup>a</sup> a 5<sup>a</sup> séries, cujos objetivos e conteúdos são próprios de cada etapa de ensino, priorizando-se aqueles considerados socialmente úteis.

<sup>6</sup> Este texto foi produzido por professores da Escola Itinerante e pessoas ligadas ao Setor de Educação do MST, que integraram os acampamentos de Piratini, Santo Antonio das Missões e Jóia, no Estado do Rio Grande do Sul. Estiveram acampados em frente ao INCRA e ao Parque da Harmonia, na cidade de Porto Alegre. (MST, 2005)

<sup>7</sup> A Escola Itinerante foi legalmente aprovada no Rio Grande do Sul pelo Conselho Estadual de Educação, em 19 de Novembro de 1996. (MST, 2005)

### O texto diz que

As etapas previstas na Proposta Pedagógica da Escola Itinerante caracterizam-se pela flexibilização e pela integração. A organização curricular prevista a cada etapa, possibilita a apreensão e a sistematização de conhecimentos conforme o processo de cada aluno, aluna. No momento em que a criança constrói as referências correspondentes a cada etapa, ela passará para a etapa seguinte, ficando claro que o ingresso ou a passagem das etapas poderá acontecer em qualquer época do ano letivo, a partir da avaliação realizada pelos professores (MST, 2005, p. 189).<sup>8</sup>

Quanto ao funcionamento da escola, ela foi pensada em tempo integral – um turno de aulas e outro de oficinas pedagógicas – para ampliar o tempo formativo dos alunos, o que contribuiria para o desenvolvimento de habilidades diversas (MST, 2005).

O texto relata também a Proposta Pedagógica utilizada na Escola Itinerante, cujo real objetivo, está em transformar a escola num espaço de aprendizagem e exercício da cidadania, a qual seja capaz de proporcionar ao aluno a possibilidade de compreender e interpretar o processo histórico, dando-lhe condições de transformar a realidade em que vive. (MST, 2005)

Assim, para que tudo isso seja efetivado, seria necessário uma ação pedagógica diversificada, que levasse em conta os interesses e as necessidades dos alunos, realizada de forma democrática, valorizando o diálogo, e incentivando a participação de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, sendo capaz de formar cidadãos comprometidos com a mudança da realidade social (MST, 2005).

O texto termina apontando alguns limites e desafios da Escola Itinerante, como a necessidade de formação contínua dos educadores para trabalhar nessas escolas, o que implicaria, inclusive, na necessária e intensa interação coletiva entre os professores e a comunidade do acampamento, situação indispensável para a construção do processo de ensino que a Escola Itinerante exige para ser, de fato, eficiente e adequada à realidade na qual, os Sem-Terras, estão inseridos.

#### 7.3. A “Pedagogia em Movimento”: seguindo novos caminhos

Se, como vimos, o ano de 1998 foi marcado pela retomada da discussão sobre a escola nos acampamentos, em 1999, o MST vai voltar sua preocupação para o chamado ensino fundamental. Isso vai resultar na elaboração de um texto que tem como título “Como fazemos a Escola de edu-

---

<sup>8</sup> Por ser uma Proposta pedagógica diferenciada, ela não segue as determinações da LDB que prevê 200 dias letivos. A frequência e horários são fixados em compromisso assumidos entre professores, alunos, comunidade do acampamento, secretaria da educação e MST (MST, 2005).

cação fundamental”<sup>9</sup>, publicado em novembro de 1999, no Caderno de Educação nº 9. O texto procura fazer uma reflexão acerca da função social da escola e demonstra uma inversão na lógica de como se pensar e planejar o processo de ensino aprendizagem que o MST vinha adotando até o momento. Essa inversão da lógica significa que o processo pedagógico deve ser construído de dentro para fora, ou seja, “se as relações sociais constituem o centro, a base da formação do ser humano, é especialmente sobre elas (nos diferentes tempos e espaços onde acontecem), que devemos incidir nossa atuação pedagógica fundamental” (MST, 2005, p. 10).

Até esse momento os documentos produzidos pelo MST, pensaram o processo de ensino-aprendizagem da sala de aula para fora, isto é, colocaram a sala de aula como o ponto de partida para o processo educativo.

O novo documento que estamos analisando, inverte esse pensamento, colocando as relações sociais e humanas no centro das atenções, para o planejamento do aprendizado das escolas do MST, que visam atender às necessidades das crianças do campo. Ele procura refletir sobre uma nova forma de se produzir o processo de ensino, que deve ser valorizado na sua totalidade, levando-se em conta, desde a forma de como organizar a escola e as relações que esse processo produz, até o ensinamento dos conteúdos e a didática utilizada para transmiti-los.

Assim, querem mudar o conteúdo e a forma da escola funcionar, para poderem qualificar melhor o processo educativo que tanto desejam.

O documento também reflete sobre a concepção de escola dos assentados, afirmando que o MST tem uma pedagogia, cujo “princípio educativo fundamental é o próprio movimento” (MST, 2005, p. 200), ou seja, um movimento que se inicia no processo de construção de uma identidade que foi, ao longo dos tempos, historicamente construída como afirmação de uma condição social (“sem-terra”) e que passou depois a uma identidade a ser cultivada (“Sem Terra do MST”). Tal identidade torna-se mais forte quando passa a ser cultivada e produzida como modo de vida, transformando-se em uma cultura que cultiva valores principalmente humanistas, baseados na solidariedade.

Portanto, todo o processo de ação e atuação do MST, deve ser entendido como um processo educativo, que criou valores e produziu a identidade de uma categoria social, constituída por cidadãos dignos, capazes de lutar pela construção de sua própria história.

Assim, o MST sugere como tarefa essencial para os educadores das suas escolas de ensino fundamental, a necessidade de se extrair das práticas do Movimento, as lições pedagógicas que vão constituir a escola e o movimento pedagógico compatível com a identidade dos Sem Terras. (MST, 2005)

Podemos dizer então, que a “Pedagogia em Movimento” tem de ser compreendida, como “matrizes pedagógicas”, identificadas na prática e nas experiências vivenciadas de formação humana. Por isso que,

No processo de humanização dos sem-terra, e da construção da identidade *Sem Terra*, o MST vem produzindo um jeito de fazer educação que pode ser chamado de *Pedagogia do Movimento*. É do Movimento por ter o Sem Terra como sujeito educativo e ter o MST como sujeito da intencionalidade pedagógica sobre esta tarefa de fazer educação. E também do Movimento porque se desafia a perceber o movimento do Movimento, a transformar-se transformando (MST, 2005, p.201).

Mas voltando ao documento que estamos a analisar, ele afirma ainda, que o fato de o MST propor a Pedagogia do Movimento, não significa que tenha criado uma nova pedagogia. Criou-se apenas um jeito novo de lidar com as matrizes pedagógicas, colocando-as em movimento, permitindo assim, que a própria situação educativa revele qual deve ser trabalhada em cada momento.

Constam também nesse mesmo documento algumas “Propostas Pedagógicas”<sup>10</sup>, que orientam o trabalho de educadores nas escolas de ensino fundamental no campo, sendo elas: a) **Pedagogia da Luta Social**; b) **Pedagogia da Organização Coletiva**; c) **Pedagogia da Terra**; d) **Pedagogia do Trabalho e da Produção**; e) **Pedagogia da Cultura**; f) **Pedagogia da Escolha**; g) **Pedagogia da História**; h) **Pedagogia da Alternância** (MST, 1999).

Na verdade, é a utilização dessas formas pedagógicas, que formam a chamada “Pedagogia do Movimento”. Tem-se aí, a origem de uma escola que, ao desenvolver sua atividade pedagógica, está preocupada com a formação humana, em todos os aspectos da sua dimensão. Essa escola é aquela que humaniza quem dela participa e pretende cultivar nos alunos que a frequentam, valores humanos, os quais estão ajustados ao projeto histórico do MST (MST, 2005).

Para que tudo isto seja colocado em prática nas escolas do campo, o MST sugere que elas sejam construídas e organizadas com base em quatro importantes dimensões<sup>11</sup>: **1. Estrutura Orgânica**; **2. Ambiente Educativo**; **3. Trabalho / Produção**; **4. Estudo** (MST, 1999).

Ao analisarmos as quatro dimensões acima descritas, verificamos que, quanto à **Estrutura Orgânica** da escola, para que a “Pedagogia do Movimento” seja implantada de forma eficiente, a gestão da escola deve ser organizada de forma democrática, possibilitando a auto-organização dos alunos, dos professores e a participação da comunidade assentada no cotidiano escolar. Isso quer dizer que a organização da estrutura e a relação entre as partes que a compõem, devem ser planejadas como elemento do processo de ensino aprendizagem, o qual produzirá uma cultura da participação e uma diferente relação entre as pessoas. Vemos na estrutura orgânica proposta, uma especial valorização de um dos princípios do MST, ou seja, a organização coletiva, por meio da qual se garante a decisão e participação de todos os envolvidos no processo de aprendizagem escolar.

Com relação ao **Ambiente Educativo**, o documento propõe uma intensa relação entre teoria e prática, fortalecendo assim, um dos princípios educativos fundamentais do MST. Explicam que o ambiente educativo é tudo o que acontece com o aluno na escola ou fora dela, mas com uma intencionalidade educativa, que permita a construção de novas relações e novos aprendizados. O modelo proposto, quer garantir que o conhecimento produzido a partir das relações com o cotidiano das pessoas envolvidas no processo de ensino aprendizagem, contribua para a modificação do jeito de ser das pessoas, as formas de se relacionarem e a forma de como e para que produzem.

**Trabalho e Produção** é o terceiro ponto sugerido no texto, como orientação para o bom funcionamento da escola de educação fundamental que o MST deseja. Também não deixa de fugir aos princípios norteadores da educação fundamental já abordados ao longo deste texto. A proposta foi elaborada procurando valorizar o trabalho como princípio educativo fundamental, com a intenção de desmistificar e superar a discriminação entre trabalho intelectual e trabalho manual, produzindo um aprendizado para ambos. Quanto à produção, ela foi pensada no sentido de que a escola pode proporcionar experiências relacionadas à cooperação e em diversas formas do processo produtivo, o que pode contribuir com o desenvolvimento produtivo do assentamento.

O quarto e último ponto a ser abordado é o **“Estudo”**, que também segue a princípios pedagógicos já anunciados anteriormente. Nessa última parte, procura-se estabelecer uma interlocução entre o conhecimento científico e a sabedoria popular, sem perder de vista o seu sentido social, sendo capaz de produzir um conhecimento para transformar a realidade.

#### 8. A PEDAGOGIA DO MOVIMENTO SEM TERRA: O PAPEL SOCIAL DA EDUCAÇÃO

Foi pensando justamente no papel social que a educação deve ter, que o MST elaborou um texto para orientar a militância do movimento, no que tange às concepções de educação e de escola. O texto, elaborado pelo Setor de Educação do MST, intitulado “Construindo o Caminho numa escola de assentamento do MST”, foi publicado em 2001, na coleção Fazendo Escola. As ideias contidas no texto nada mais são do que uma síntese das linhas políticas e da concepção de educação e de escola do MST, até aqui abordadas.

Assim, faz-se importante, desenvolvermos algumas discussões elaboradas pelo MST e publicadas em julho 2001, na coleção Boletim de Educação nº 8, sob o título de “Pedagogia do Movimento Sem Terra: acompanhamento às escolas”. Tal documento, subdividido em duas partes, procura refletir, com base na Pedagogia do Movimento, sobre as práticas e as con-

cepções acerca da educação e do processo de ensino aprendizagem, que o MST procurou construir e aplicar nas suas escolas de educação fundamental (MST, 2005).

A primeira parte do documento supracitado, intitulada “Pedagogia do Movimento Sem Terra”, defende a ideia de que o MST tem uma pedagogia própria, cujo princípio fundamental é o próprio movimento, do qual se extraem de suas práticas, as lições que compõem as propostas pedagógicas empregadas nas suas escolas. Isso quer dizer que o MST, enquanto um movimento de luta da coletividade contribuiu, significativamente, para a construção histórica de uma identidade e visão de mundo própria dos Sem Terras, cultivando valores que se contrapõem aos valores perversos da sociedade capitalista.

Desta forma, ao inserir o sem terra no movimento da história como um sujeito de uma organização social que luta pela reforma agrária, podemos afirmar que:

O MST educa as pessoas que dele fazem parte à medida que as coloca como sujeitos enraizados neste movimento da história, e vivendo experiências de formação humana que são próprias do jeito da organização participar da luta de classes, principal forma em que se apresenta o movimento da história. Mesmo que cada pessoa não saiba disso, cada vez que ela toma parte das ações do MST, fazendo sua tarefa específica, pequena ou grande, ela está ajudando a construir a identidade Sem Terra, a identidade dos lutadores do povo, e está se transformando, se reeducando como ser humano (MST, 2005, p. 236).

Neste sentido, são colocados três grandes desafios para a tarefa educativa do MST. O primeiro é o de humanizar a família, auxiliando-a a romper com o processo de degradação ao qual sempre esteve submetida, quando ainda não participava do Movimento. O segundo é produzir, na família, o modo de vida e os valores que sustentam o movimento e, o terceiro, é o de multiplicar e ampliar as ideias e os valores do movimento, para que outras categorias assumam conjuntamente a luta pela reforma agrária, contra as injustiças sociais.

Para que esses desafios sejam superados, é preciso, então, que o MST reflita sobre suas ações, sempre na perspectiva da formação humana e da produção de sujeitos capazes de contribuir com a luta de classes. Sendo assim, cabe ressaltar alguns processos educativos que são fundamentais para a formação desses sujeitos. Um dos processos a ser destacado é o movimento da luta que, em meio aos enfrentamentos, conquistas e derrotas, provoca um aprendizado que educa o sem terra para uma postura diante da vida, fundamental para a construção da sua identidade e na produção da sua história (CALDART, 2004).

Outro aprendizado importante é a convivência na coletividade que provoca sensações de pertencimento ao grupo e o que dá forças para a luta pela sobrevivência e pela reforma agrária, na qual estão coletivamente

engajados. Contribuindo com este aprendizado, está a mística do movimento. Na medida em que o sujeito passa a enraizar-se na coletividade é a “mística que funciona como ritual de acolhida da nova família” (MST, 2005, p. 238), pois ele descobre que não é o primeiro nem o único a lutar pela conquista da terra. As relações sociais também são um grande aprendizado para os Sem Terras, na medida em que cultiva valores como a solidariedade, através da organização social e da divisão de tarefas. Importante também é o aprendizado gerado pela crítica e autocrítica, processo pedagógico básico para a construção da identidade e da história do movimento (CALDART, 2004).

Para o MST, a Pedagogia do Movimento Sem Terra não cabe na escola, pois envolve outras dimensões da vida. Ao envolver a vida do sujeito sem terra, a pedagogia do movimento procura respeitar a realidade e as necessidades dos alunos, contribuindo assim, para um grande avanço do MST frente às dificuldades que ele encontra e deve superar no processo de luta pela terra.

Podemos dizer que “a escola que cabe na pedagogia do MST é aquela que não cabe nela mesma, exatamente porque assume o vínculo com o movimento educativo da vida, em movimento” (MST, 2005, p. 239), o que significa dizer que o modelo de escola que o MST propõe não é um modelo de escola fixo, isolado, pré-determinado, mas um modelo que, baseado em princípios pedagógicos, vai sendo produzido a partir da produção histórica do movimento como um todo e da grande responsabilidade dos seus educadores, os quais devem extrair das práticas do Movimento, as lições pedagógicas que servirão ao processo de ensino aprendizagem.

Portanto, a escola proposta pelo MST,

*É aquela que se movimenta em torno de duas referências básicas: ser um lugar de formação humana, no sentido mais universal desta tarefa; e olhar para o Movimento como sujeito educativo que precisa da escola para ajudar no cultivo da identidade Sem Terra, e na continuidade de seu projeto histórico (MST, 2005, p. 240).*

As experiências educativas do MST têm demonstrado de que maneira o movimento vem formando, historicamente, os sujeitos que dele fazem parte. E tem feito isso por meio de uma intensa interlocução entre educadores, educandos e outros movimentos pedagógicos, preocupados com a formação humana que deve ser empregada nas escolas do MST.

Podemos dizer, com isso, que essa escola é uma “oficina de formação humana” (MST, 2005, p. 244), cujo aprendizado ocorre de forma intencionalmente planejado e orientado por um projeto de sociedade e de ser humano. Todo o projeto é sustentado por pessoas que possuem saberes próprios para educar e pela cooperação de todos os que educam, por meio do vínculo permanente com diversas práticas sociais.

Fica claro, pelo menos em tese, que o MST tem uma proposta pedagógica real, que está sempre em movimento, produzindo ensinamentos adequados à realidade do homem do campo e formando cidadãos comprometidos com a luta pela reforma agrária e construção da cidadania.

Se nessa primeira, a intenção do texto é buscar definir claramente a Pedagogia do Movimento Sem Terra, na segunda parte, porém, a grande preocupação do MST é garantir que essa pedagogia seja praticada nas suas escolas em acampamentos e assentamentos. O texto tem como título “Acompanhamento do MST às escolas de educação fundamental” e foi produzido pelo coletivo Nacional do Setor de Educação do MST e também foi publicado no Boletim de Educação nº 8. Após discussões exaustivas, esse documento deixa claro, a sua intenção em verificar se de fato a pedagogia do movimento vem sendo corretamente aplicada nas escolas dos acampamentos e assentamentos, a partir dos valores e princípios pedagógicos básicos e humanísticos, já definidos de maneira bastante clara e objetiva, nos textos que tratam desse assunto e que foram por nós expostos neste trabalho.

Para tanto, tratam de relembrar alguns pontos fundamentais que expressariam a presença do movimento e de sua pedagogia nas escolas de educação fundamental orientadas pelo MST. Esses pontos procuram contemplar os princípios pedagógicos do MST, que são necessários para a efetivação da proposta do Movimento em suas escolas, as quais, segundo o MST, devem ser acompanhadas, levando-se em conta três importantes aspectos: o primeiro, é que não há um método específico de acompanhamento, o que existe são práticas de acompanhamento que devem ser observadas e sistematizadas para se construir a escola do MST; o segundo aspecto, é que existem diversos e diferenciados níveis de acompanhamento às escolas, os quais podem ser realizados pelo MST como um todo. Todavia, é tarefa específica do setor de Educação, organizar os coletivos de educação – do local ao nacional – e orientar a reflexão pedagógica, acompanhando o cotidiano da escola e seu processo pedagógico. O terceiro e último aspecto aponta a necessidade de superar preconceitos e idealismos capazes de interferirem na construção da escola e da pedagogia do MST. Tais fatores não podem levar ao imobilismo, mas “é preciso realizar a tarefa considerando as contradições e, se possível, trabalhando pedagogicamente com elas” (MST, 2005, p. 253).

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a sua criação, em 1984, o MST vem organizando a luta pela terra no Brasil e conta hoje com diversos assentamentos sob sua direção.

Neste sentido, o processo de luta pela terra promovida pelos trabalhadores rurais e organizada pelo MST, provocou o surgimento de novos

espaços sociais, que são os assentamentos de reforma agrária, habitados por trabalhadores do campo que se tornam novos sujeitos sociais.

Isto quer dizer, conforme Caldart (2004), que toda a trajetória histórica de luta e conquista da terra, deve ser entendida como um processo histórico que contribui significativamente para a formação do sem-terra como sujeito social. Tal processo se estabelece desde os movimentos migratórios, facilmente verificados pela ocupação e desocupação de terras, bem como pela alternância constante entre o meio rural e urbano.

Para Caldart (2004), todo esse processo é educativo e de formação humana, produzido de forma coletiva a partir de experiências concretas de ações de luta social, que transforma o sujeito, suas convicções e valores, modificando o seu jeito de ser e de agir.

Acreditando na função social da terra, o Movimento busca manter-se organizado, com o intuito de promover a conscientização e mobilização dos trabalhadores rurais, pois entendem que nesse processo, a educação tem papel fundamental, uma vez que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), que rege a educação nacional, não propõe uma educação rural capaz de atender às necessidades do campo.

Dessa forma, procurando resistir e enfrentar o modelo de educação implantado pelo estado burguês e que vem sendo praticado há muito tempo, o MST, tem promovido, ao longo dos anos, diversas reflexões sobre a educação do campo que deve ser aplicada nos acampamentos e assentamentos por ele dirigidos. Esse processo de discussão resultou, desde o início dos anos de 1990, na elaboração de uma série de documentos que tratam do assunto, os quais foram produzidos como fruto de experiências educativas em escolas e acampamentos do MST e do debate com diversos segmentos da sociedade que se preocupam com a educação do campo.

Em linhas gerais, o MST defende para suas escolas uma educação voltada para a realidade do aluno do assentamento, que estabeleça a relação entre teoria e prática, baseada em princípios humanistas e na cooperação, sendo capaz de criar no educando uma consciência crítica, capaz de torná-lo um sujeito da ação transformadora, condição fundamental para a conquista da cidadania e de uma vida melhor.

Não podemos deixar de considerar que a educação do campo representa para os assentados uma possibilidade de construção da cidadania e que a alfabetização constitui-se, no primeiro, senão o único passo para a população marginalizada conquistar o poder (MACHADO, 2011).

Sabemos que a população rural, principalmente a parcela composta pelos trabalhadores rurais assentados, resistem às dificuldades de escolarização. Eles buscam, de forma consciente, a construção de um saber que tem por princípio permitir a transformação da realidade pela prática política.

Dessa maneira, para se compreender melhor as possibilidades de sucesso da educação rural que o MST propõe enquanto forma de resistência e como um modelo a ser seguido nas escolas de acampamentos e assentamentos, precisamos considerar que as experiências educacionais vivenciadas pela população pobre da zona rural sejam pensadas a partir da totalidade histórica da qual fazem parte trabalhadores rurais assentados.

Mesmo sabendo que os conteúdos oficiais de ensino devem ser respeitados, acreditamos que existem possibilidades pedagógicas para a realização de um ensino mais voltado para a escola rural, principalmente a dos acampamentos e assentamentos rurais.

Assim, podemos afirmar que o Movimento Sem Terra procurou construir, ao longo desses mais de 20 anos de sua existência, uma proposta de escola que fosse suficientemente capaz de atender às necessidades das crianças do campo, e diferenciada do modelo convencional, pois é orientada por uma proposta pedagógica que ultrapassa os limites da escola, levando-se em consideração a realidade em que as crianças vivem e as experiências por elas vivenciadas como parte integrante e fundamental do processo de ensino aprendizagem.

Portanto, muitas experiências educativas que inspiraram muitos dos textos abordados neste trabalho demonstram a preocupação do MST com as crianças assentadas e confirmam a existência de uma pedagogia para lidar com as necessidades delas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do movimento sem terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MACHADO, Vitor. O Movimento Sem Terra e a educação escolar: a construção de uma proposta pedagógica para além dos muros da escola. *Revista de Ciências da Educação*, v. 1, n. 25, p. 383-406, 2º Semestre/2011.

MOVIMENTO SEM TERRA. *Boletim da Educação nº 1*. Como deve ser uma escola de assentamento. São Paulo, 1992.

\_\_\_\_\_. *Boletim da Educação nº 4*. Escola, trabalho e cooperação. São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. *Boletim da Educação nº 8*. Pedagogia do Movimento Sem Terra: acompanhamento às escolas. São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. *Caderno de Educação nº 1*. Como fazer a escola que queremos. São Paulo, 1992a.

\_\_\_\_\_. *Caderno de Educação nº 6*. Como fazer a escola que queremos: o planejamento. São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. *Caderno de Educação nº 8*. Princípios da educação no MST. São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. *Caderno de Educação nº 9*. Como fazemos a escola de educação fundamental. São Paulo, 1999.

- \_\_\_\_\_. *Caderno de Educação n° 13*. Dossiê MST – Escola. 2ª ed. São Paulo, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Caderno de Formação n° 18*. O que queremos com as escolas dos assentamentos. São Paulo, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Caderno de Formação n° 30*. Gênese e desenvolvimento do MST. São Paulo, 1998a.
- \_\_\_\_\_. *Fazendo Escola n° 01*. Escola itinerante em acampamentos do MST. São Paulo, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Fazendo Escola n° 03*. Construindo o caminho numa escola de assentamento do MST. Porto Alegre, 2000.